

**ATA N.º 01/2022**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 22 de fevereiro de 2022.-----

----- Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2022, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Cidade de Cantanhede;-----

3 - Relatório de Monitorização da Avaliação Estratégica do Plano Diretor Municipal / Para conhecimento;-----

4 - Relatório de Avaliação e Controlo (2021) da Avaliação Ambiental Estratégica – Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Para conhecimento;-----

5 – Correção Material do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede / Para conhecimento;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Tocha e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Febres e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE;-

9 - Alvará de Loteamento n.º 01/78 de 25 de janeiro e Alvará de Loteamento n.º 13/81 de 17 de setembro / Proposta de integração de área no domínio público;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2022 / Transportes Urbanos de Cantanhede;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Limpeza urbana;-

12 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Quinta Agrícola Biológica;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e as Uniões de Freguesia do Concelho / Manutenção e conservação de caminhos públicos;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Comparticipação financeira das competências próprias das Freguesias;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana 2022;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de



- Delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Gestão e manutenção do Posto de Turismo de Ançã;-----
- 18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de trator e destroçador;-----
- 19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de carrinha;-----
- 20 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de acessórios para o trator (Capinadeira e triturador agrícola);-----
- 21 - Apreciação, discussão e votação da proposta de correção das quotizações respeitantes a 3 anos e da desvinculação do Município de Cantanhede da AACAEPOSL - Os Amigos do Centro de Artes e Espetáculos Pedro Santana Lopes;-
- 22 - Apreciação, discussão e Votação da proposta de composição do júri de recrutamento de diversos concursos para cargos de dirigentes / Alteração;-----
- 23 - Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento;-----
- 24 - Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento;-----
- 25 - Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento;-----
- 26 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022;-----
- 27 - Regulamento de gravação e transmissão áudio/vídeo das reuniões da Assembleia Municipal.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado a falta da Sr.ª Ângela Maria Ventura Alves de Matos Dinis, por motivo de saúde, conforme documento apresentado. Substituição da Sr.ª Licínia Maria Fernandes Pessoa pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares e do Sr. Daniel Regra Dias, por pedido de suspensão de mandato por um período de 90 dias, pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, informou que a ata n.º 02/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2021 apenas poderá ser aprovada na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, pelo facto de não ter sido possível concluir aquele documento.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 17 de dezembro 2021 a 22 de fevereiro de 2022, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, referiu que a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, solicitou a introdução de um ponto na ordem de trabalhos, nomeadamente, a não aceitação do Município de Cantanhede da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social no ano de 2022, dado o carácter de urgência do assunto em causa. De imediato, deu-lhe a palavra para justificar o referido pedido.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, prestou a informação que julgou pertinente, nomeadamente que, relativamente à questão da delegação de competências no domínio da ação social. Na sequência de reuniões havidas com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, outras comunidades



intermunicipais e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, foi submetida a possibilidade de adiamento da assunção daquelas competências ao Governo, que aceitou, tendo sido publicado o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro com essa possibilidade. Acrescentou que, o que vai ser solicitado à Assembleia, no fundo, é que a delegação de competências da Ação Social possa ser adiada até ao final do ano corrente, entrando em vigor a 01/01/2023.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou então à votação, a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos “Não aceitação da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social para o Município de Cantanhede no ano de 2022 / Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro”, a qual, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ourentã, Carlos Ventura, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, criticou o facto do canil municipal só estar aberto para adoção, na parte da manhã, o que considera um entrave à adoção e consequentemente, à libertação do espaço no referido canil. Referiu que, sendo a adoção normalmente fomentada pelas crianças, que vão à escola, estando, por norma, os pais a trabalhar, o canil poderia estar aberto ao sábado de manhã, uma ou duas vezes por mês, possibilitando assim uma maior adoção dos canídeos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicado em dezembro último, refere que: -

Numa análise dos 308 municípios portugueses, o Município de Cantanhede, em termos de gestão de eficácia e eficiência financeira, surge em 32.º lugar do ranking global dos municípios de média dimensão inscritos; - Relativamente ao seu desempenho financeiro, foi o segundo município do ranking distrital de Coimbra ; - Entre 2003 e 2020, teve níveis estáveis de resultados operacionais antes de amortizações, com uma acentuada diminuição das dívidas a pagar desde 2009; - Em 2020, está entre os 35 municípios com maior diferença positiva entre o montante de amortizações e o montante de empréstimos anual utilizado, em cerca de 2 milhões de euros, o que diminui a sua dívida; - Desde 2009, tem vindo a diminuir a dívida, o que demonstra ser uma boa prova da continuidade das políticas levadas a cabo pelo atual executivo e pelos anteriores. Congratulou, de seguida, o executivo atual, bem como os anteriores pela boa gestão financeira do Município e pelos resultados obtidos e reconhecidos em relatórios nacionais, numa comparação entre municípios. Congratulou ainda o Município pelas suas opções políticas, nomeadamente, por ter reforçado o apoio às freguesias no seu atual quadro de transferências, concedendo um apoio às mesmas num total de 1.700.000,00 €, para que tenham melhores condições para poder operacionalizar as suas novas competências, transferidas pela administração Central e proporcionando os meios que permitam exercer devidamente aquelas novas competências. Acrescentou que, se o município promove e salvaguarda os interesses próprios das suas populações em articulação com as freguesias, foi uma decisão coerente ter reforçado as contrapartidas financeiras no quadro das transferências de competências para as freguesias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, felicitou a bancada do PS pelo resultado das recentes eleições legislativas e pela maioria absoluta alcançada.



De seguida, referiu-se à duração da última sessão da Assembleia Municipal, a qual excedeu 8 horas, afirmando não ser desejável, nem salutar, que volte a ocorrer, porque o número excessivo de horas sem qualquer pausa para descanso ou refeição provoca cansaço e, por conseguinte, origina falta de atenção e capacidade de raciocínio, fatores que não contribuem para a nobreza das sessões. De seguida, constatando que o Regimento aprovado é omissivo quanto à duração das sessões e, informando ter consultado alguns regimentos de outros municípios, propôs que fosse alterado o n.º 2 do artigo 15.º do Regimento, no sentido de constar *"a reunião efetua-se entre as 14h30 e as 20h00, podendo, excecionalmente, prolongar-se por decisão da mesa"*.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida, a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, versou sobre os seguintes assuntos: - Relativamente às propostas de melhoramento da ciclovias apresentadas em 2021 pelo Membro da bancada do PS, Luís Pato, questionou se já se verificaram algumas alterações e qual o ponto da situação; - Perante os assaltos que têm ocorrido nos últimos tempos, a carros na cidade e a vivendas nas zonas rurais, propôs que a Câmara Municipal insistisse junto da GNR, no sentido de promover uma maior vigilância, quer da cidade, quer das freguesias; - Afirmou que os Membros da Bancada do PS se congratulam pelas sinergias que vão sendo criadas entre as instituições de saúde do concelho, nomeadamente, com o último serviço que está a ser disponibilizado pelo Hospital Rovisco Pais, em parceria com o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, que se organizaram no sentido de juntar os meios disponíveis para que os doentes do Hospital de Rovisco Pais passem a realizar exames de radiologia no próprio hospital em vez de se deslocarem de ambulância a Cantanhede ou à Figueira da Foz para realizar aqueles exames. Esclareceu, de

seguida, que o Hospital de Cantanhede disponibiliza os recursos necessários, o Hospital de Rovisco Pais o equipamento de Raio-X e o Município o transporte para deslocalizarem os recursos humanos, o que representa mais um bom exemplo do que se tem vindo a defender, nomeadamente, a reorganização dos serviços de saúde, a criação de sinergias, a partilha de recursos humanos e de materiais e a integração de cuidados, promovendo assim a participação efetiva de todos os atores envolvidos na saúde das pessoas do concelho, para disponibilizar as melhores respostas em cuidados de saúde, sendo talvez o começo do que pode vir a ser a implementação de um sistema local de saúde no concelho de Cantanhede.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual comentou e respondeu às intervenções anteriores da seguinte forma: - Relativamente à questão do canil, recordou que o mesmo foi alargado para o dobro, encontrando-se lotado novamente pelo que se procura nova solução. Relativamente à proposta apresentada afirmou ser pertinente, pelo que será discutida com o Vereador do Pelouro, o Médico Veterinário e com as pessoas que trabalham no próprio canil; - Relativamente aos dados do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, afirmou sentir-se mais segura para fazer face aos projetos, sabendo que existe estabilidade financeira no Município, facto que é controlado rigorosamente pela equipa do Departamento Administrativo e Financeiro, liderada pelo Sr. José Negrão, à qual agradeceu; - Relativamente à questão das transferências de competências, concretamente, para as Juntas de Freguesia, afirmou discordar completamente com a fórmula utilizada para a distribuição das verbas, pois existem discrepâncias por todo o país, e informou que pretende aprofundar o assunto numa próxima sessão da Assembleia Municipal;- Relativamente às proposta de melhoria da ciclovia, referiu ser intenção que as mesmas melhorem e cresçam nas freguesias e

informou sobre os melhoramentos efetuados na ciclovia de Cantanhede, nomeadamente, a iluminação na zona junto ao Intermarché e a correção dos ramos das árvores que pendiam sobre a mesma zona. Informou ainda que, na zona junto à rotunda da Biocant e na zona industrial vão ser efetuadas correções no tapete, que beneficiarão as zonas cicláveis; - Relativamente à questão da segurança nas Freguesias, que considera preocupante, informou que tem havido comunicação com a própria GNR, a qual alega não ter pessoal, nem meios, estando assim limitada no controle da atividade que tem no concelho; - Quanto à questão da Saúde, recordou que se continua com uma solução básica, a consulta aberta e o fecho do espaço que estava protocolado com o Centro de Saúde e que, o abaixo-assinado continua a decorrer, tendo sido suspenso por ter havido eleições. Informou ainda que, na semana anterior a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, teve finalmente, uma reunião ao nível do ACES da ARS para falar da consulta aberta e também para encontrar uma solução para a questão dos postos de enfermagem.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso, o qual após cumprimentar todos os presentes, informou sobre a 4.ª edição das Eco-Freguesias 21, nomeadamente, a sua finalidade e as várias fases da candidatura. Acrescentou que Ançã é a única freguesia do concelho de Cantanhede e uma das únicas do distrito de Coimbra, com Lousã e Góis, que conseguiram o feito de obter aquele galardão, convidando de seguida todas as Freguesias do Concelho para aquele desafio. Referiu que, enquanto autarcas de proximidade, é uma forma de aprender, ver práticas existentes noutras Freguesias e seguir os bons exemplos, sempre na ótica de melhorar os serviços aos munícipes e garantir a sustentabilidade do território, garantindo o reforço de proximidade e construindo um futuro capaz de melhorar e

servir as pessoas, dando resposta às necessidades do presente, sem comprometer ou hipotecar a garantia das necessidades das gerações futuras.-----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Tito Monteiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, questionou sobre o porquê de nunca se ter asfaltado os caminhos paralelos à variante Cadima - Sanguinheira, desde a primeira rotunda que dá para Cadima até rotunda que dá à Aljuriça.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu ainda a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, debruçou-se e questionou sobre os seguintes assuntos: - Perante a enorme quantidade de cães abandonados que se verifica no concelho, que para além do problema da segurança também representa um problema de saúde pública e, perante o facto do canil municipal já não ter capacidade para acolher mais animais, apelou à Sr.^a Presidente da Câmara no sentido de não deixar aquele problema esquecido, pois requer alguma prioridade; - Verificando que a fibra está a chegar ao Concelho e sendo a Internet uma forma imprescindível no acesso à educação, questionou sobre quais as Freguesias que estão a ser contempladas; - Tendo verificado que na estrada de Arazede para Cantanhede, foi colocada uma placa de início de obra, sem a indicação da duração da obra, início e conclusão, questionou se aqueles dados não são obrigatórios; - Relativamente à questão dos transportes escolares, que passaram para a gestão da CIM - Comunidade Intermunicipal de Coimbra, sensibilizou a Senhora Presidente da Câmara no sentido de levar à comunidade Intermunicipal a questão dos alunos que residem nas margens de determinados concelhos, que optam por estudar num concelho limite e têm que pagar transportes. Referiu ser uma realidade a partir do 3º ciclo, porque até aí o transporte é gratuito, o que considera de profunda injustiça pois não estão a ser respeitados, quer o princípio da equidade, quer o princípio da livre

escolha. Recordou já ter falado sobre o assunto na Assembleia Intermunicipal mas que o mesmo deve ser revisto a bem dos alunos do concelho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, teceu alguns comentários sobre algumas das intervenções anteriores, nomeadamente: - Apresentou, em nome da bancada do PSD, saudações democráticas a todos os partidos que se apresentaram às eleições legislativas e, em particular ao Partido Socialista pela maioria absoluta obtida; - Relativamente à ciclovia, referiu-se à travessia junto ao Centro Paroquial e à GNR, como sendo a principal entrada da cidade e um dos principais pontos de conflito entre a ciclovia e a estrada. Deu alguns exemplos do que tem presenciado e concluiu não fazer sentido que os peões e as bicicletas cheguem àquele local, que os ciclistas possam atravessar num local em determinadas condições e que os peões, tenham que passar numa outra passadeira; - Que o anuário financeiro dos municípios, demonstra os sucessivos anos em que o município tem apresentado valores e dados indicadores de grande relevo, bem como o rigor da gestão financeira que tem sido executada pelo executivo municipal; - Relativamente à questão da fibra, preocupante para os meios mais rurais e mais dispersos, recordou que, nesta época de pandemia, a falta da internet e de meios informáticos, prejudicou sobretudo os que estão socialmente mais frágeis. Recordou ainda que, ainda há pouco tempo, o Governo não tinha entregue 300.000 dos computadores que tinha prometido às escolas e que os que foram entregues não tinham os diversos equipamentos de retransmissão da Internet.-----

----- Foi de seguida dada a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso a

exposição sobre do programa Eco Freguesias 21 e, após informar que também a Freguesia de Febres já procedeu à sua inscrição, reforçou o convite às restantes freguesias.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Rogério Marques, afirmando que, relativamente ao assunto da segurança no Concelho, está bastante preocupado porque não se trata apenas de assaltos a residências, mas também a tentativas de burla, maioritariamente a idosos. Referiu que, muitas vezes esses crimes não são participados porque se sabe que não existem meios disponíveis por parte das entidades policiais, o que gera um sentimento de impunidade em toda a população.-----

----- Também o Sr. Ulisses Salvador, interveio sobre o mesmo assunto, referindo que não tem havido novas escolas de alistados na PSP, sendo que, apenas em Torres Novas fizeram 2 escolas de alistados, das quais saíram cerca de 1700 homens, o que demonstra a falta de efetivos. Quanto à criminalidade, referiu tratar-se de novos fenómenos que a polícia tenta combater dentro da possibilidade, sem esquecer que a própria questão da impunidade vem das decisões da justiça, perante as quais a polícia nada pode fazer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual comentou e respondeu às intervenções anteriores da seguinte forma: - Relativamente à 4.^a edição das Eco-Freguesias 21, felicitou a o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Cardoso e a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Grilo, por terem aderido àquele desafio, pois a questão ambiental está cada vez mais na ordem do dia e a sensibilização das restantes freguesias é fundamental; - Relativamente ao facto de não se terem asfaltado os caminhos paralelos à variante Cadima – Sanguinheira, informou que uma parte da estrada foi financiada e a outra não foi, no entanto, os

Serviços estão a estudar a possibilidade de poder tornar aqueles caminhos numa zona boa em termos cicláveis, mas também pedonal, tentando regularizar o piso e sinalizar, para permitir que aquela zona seja uma zona boa para a prática de exercício físico; - Ainda relativamente aos cães abandonados, facto que considera muito preocupante, informou que, na Comunidade intermunicipal, o Município de Cantanhede é dos poucos que tem canil, sendo que a maioria faz protocolos com outras entidades, para além do facto de um canil intermunicipal ter custos consideráveis. Acrescentou que, há cães que ficam no canil vários anos, até à sua morte natural, porque as pessoas gostam de adotar um cachorro, ou os que são mais bonitos e os que têm alguma limitação ali ficam; - Relativamente à questão do transporte dos alunos, informou que os alunos do 12.º ano do concelho de Cantanhede já não pagam o transporte, no entanto, o que foi sugerido requer uma decisão superior, porque em termos de regras, o aluno só pode usufruir desse benefício, se não tiver alternativa. Considerou, de seguida concordar que, em termos intermunicipais, estes entraves administrativos, não se deveriam sobrepor a outros interesses, porque, se para os municípios mais pequenos, perder alunos é algo difícil, para o bem-estar das famílias e das crianças seria muito bom. Prometeu, de seguida, voltar a falar do assunto junto da Comunidade Intermunicipal; - Relativamente à zona da ciclovia, informou que, em termos de overbooking do Portugal 2020, mais concretamente o Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano, os Municípios foram informados que sobrava algum dinheiro, pelo que será agora projetada a requalificação da zona que vai da Caixa de Crédito até a rotunda perto dos Bombeiros, zona de entrada importante na cidade, podendo haver ali alguma alteração em termos de passagens nas zonas cicláveis; - Relativamente à questão da segurança e da justiça, informou que irá continuar a fazer pressão junto das forças policiais, não só em termos distritais, mas eventualmente

também em termos mesmo governamentais, assim que o Governo tome posse; - Relativamente à fibra, informou que a empresa que está no terreno tem um tipo de instalação diferente das outras e vai ao encontro das áreas menos densamente povoadas, tendo informado que pretendem fazer a cobertura de 12.000 casas em zonas de menor densidade. Informaram ainda já terem um ponto de acesso em Cadima, e que estão a procurar terrenos em Covões e de seguida em Sepins.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando, em relação ao processo do Hotel da Praia da Tocha, assunto presente em reunião do Executivo e em sessão da Assembleia Municipal, que foi um processo que teve início em 2006, através de hasta pública para a construção do Hotel da Praia da Tocha, tendo as obras iniciado em setembro de 2011 e interrompidas em 2012, seguindo-se a denúncia por si efetuada ao Ministério Público decorrente das notícias que aparecem em novembro de 2013 no Diário de Coimbra e no Jornal de Notícias. Referiu que, num primeiro momento à Câmara Municipal pediu ao Ministério Público para investigar, tendo havido essa mesma investigação e que, em fevereiro de 2014, ele próprio moveu uma participação crime em relação à Dr.ª Sílvia Carvalho, a qual se arrastou ao longo dos anos, tendo o processo ficado resolvido. Recordou ainda que, em 2015, através do Ministério Público, a Dr.ª Sílvia Carvalho concordou retratar-se, tendo ele próprio pedido que houvesse uma multa, a determinar pelo juiz, em benefício dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e que, depois de retratado e com o pedido de desculpas, que esses factos também aparecessem nos jornais, o que não aconteceu. Acrescentou que, finalmente, em tribunal deixou cair o processo e o mesmo foi arquivado sem ir a julgamento, tendo sido dado conhecimento à Câmara. Referiu, de seguida que, enquanto eleitos locais que têm uma função política, todos entendem que o exercício dessa função, que é das atitudes mais nobres enquanto cidadãos e



que se há uma justiça ela tem que funcionar, se há uma verdade, tem que se repor, para a democracia, para os alicerces da democracia de um sistema democrático que se pretende fortalecido, os políticos têm que ser responsabilizados.-----

----- Finalmente, voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - Relativamente às placas das obras, não é obrigatório colocar a data de conclusão das mesmas, sendo facultativo; - De acordo com o PRR, Portugal até 2026, pode ter 100% de cobertura de fibra ótica; - Relativamente ao canil em Cantanhede, considerando que, por ano são apreendidos cerca de 200 cães abandonados, com cerca de 10 anos de vida, seria necessário um canil com uma capacidade para 2000 cães;-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - “Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara”:** -----

----- Para além das informações enviadas junto com o expediente da presente sessão a Sr.ª Presidente da Câmara aproveitou o presente ponto para apresentar dois processos importantes que se encontram a ser preparados, nomeadamente, a construção do Auditório Municipal e o arranjo das suas zonas envolventes, e os circuitos possíveis do metro bus com ligação a Coimbra e a outros municípios da região. Relativamente ao primeiro assunto, o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Nuno Nogueira fez a introdução do mesmo e de seguida, o técnico Nuno Martins, da mesma Divisão, auxiliando-se de uma projeção, detalhou todo o projeto, prestou todas as explicações necessárias e respondeu a todas as questões colocadas. Relativamente ao segundo assunto, o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, auxiliando-se também de uma pequena

projeção, apresentou as 3 opções sugeridas para os circuitos do Metro e qual a mais vantajosa para o Município, prestou todas as explicações necessárias e respondeu a todas as questões colocadas.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação do Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Cidade de Cantanhede”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o presente e os próximos pontos tratam de assunto relacionados com o urbanismo e solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso a apresenta-los.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão afirmou ser indiscutível o contributo da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Cidade de Cantanhede para a reabilitação e regeneração da cidade de Cantanhede, a valorização e conservação do património edificado, a melhoria do espaço público e da mobilidade, o que tem vindo a reforçar também a identidade territorial e a promover o desenvolvimento local. Informou de seguida que o relatório diz respeito sobretudo aos anos de 2019, 2020 e 2021 e tem uma taxa de execução de 37% do montante previsto para as ações, o que significa que nos próximos 10/15 anos, a taxa de execução estará mais do que concretizada. Referiu ainda que, através daqueles serviços, será dada continuidade às intervenções em edifícios do espaço público, aproveitando não só os instrumentos como o PEDU, mas, sobretudo outros que surjam com o Portugal 2030, aproveitando as linhas de financiamento que são fundamentais e que permitem a exequibilidade do projeto. Finalmente, referiu ter havido um empenho no sentido de

promover a intervenção privada, pois é determinante que tenham uma preocupação com a reabilitação e a recuperação dos imóveis e que o Município vai continuar a desenvolver um conjunto de ações de divulgação da ORU, dos benefícios fiscais associados à ARU e dos critérios de procedimentos para acesso aos mesmos, assim como outros aspetos ligados à reabilitação urbana e do edificado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, acrescentou que, nos termos do regime jurídico da reabilitação urbana, a apresentação do relatório em causa à Assembleia é obrigatório. Relativamente à percentagem de realização na ordem dos 37%, recordou que a ORU já está em vigor há 3 anos, desde 2019, embora apareçam no relatório obras anteriores a 2016, porque a legislação da ARU permitiu repescar, digamos assim, tudo o que era investimento do PEDU de 2016 e 2017.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, auxiliando-se de uma projeção, apresentou o Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Cidade de Cantanhede, esclarecendo que a operacionalização do PERU, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana foi aprovado na Assembleia a 14/12/2018 e que o relatório faz o ponto de situação relativamente às ações que foram aprovadas naquele plano, o que está concretizado e o que falta concretizar. Esclareceu de seguida que a ARU é uma simples delimitação da área de intervenção, que a operação sistemática tem a ver com o facto de poder vir a ter quer investimento privado, quer público, que o PERU, Programa Estratégico de Reabilitação Urbana define as ações concretas que vão ser aplicadas na área da ARU e, finalmente que o PEDU é o instrumento de financiamento que é aplicado

àquelas ações. Esclareceu ainda que o cronograma para cada uma das intervenções inicia em 2016/2017 porque o plano de financiamento, o PEDU, foi colocado à disposição dos municípios antes da aprovação do PERU, dando a possibilidade aos municípios de poderem avançar com obra, a qual tinha que ser refletida no PERU final.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, acrescentando que o relatório de monitorização, demonstra que existe um acompanhamento preciso de todas as ações, sendo indiscutível o contributo para a valorização e para a reabilitação do edificado. Acrescentou que o projeto está a ser desenvolvido relativamente às vilas, por forma a poder continuar em todas as freguesias, no sentido de ter aldeias e vilas com um desenvolvimento integrado de valorização urbana apostando na reabilitação e na regeneração do edificado.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 2 - “Apreciação, discussão e votação do Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Cidade de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Relatório de Monitorização da Avaliação Estratégica do Plano Diretor Municipal / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual recordando que também o **Ponto 4 - “Relatório de Avaliação e Controlo (2021) da Avaliação Ambiental Estratégica – Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Para conhecimento”** trata de um relatório de monitorização da avaliação estratégica, referiu que iria informar já os dois assuntos. Informou então que aqueles relatórios fiscalizam e avaliam, no fundo, se a aplicação daqueles planos cumpre com as disposições legais, dando indicadores

importantes do ponto de vista da sustentabilidade ambiental.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu de seguida a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual informou que, de acordo o artigo 11.º da declaração ambiental do PDM, é requisito obrigatório a apresentação daqueles relatórios à Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, informou que os referidos relatórios referem-se ao Plano Diretor Municipal e ao Plano de Urbanização da Praia da Tocha, que estão em vigor e que tiveram declaração ambiental. Esclareceu que, antes da aprovação daqueles planos, teve que haver uma avaliação ambiental estratégica, efetuada por uma equipa contratada que fez um estudo ambiental para área de incidência do plano, para se perceber qual são os fatores críticos do estado do ambiente naquele momento e como estarão os mesmos depois dos projetos implementados. Acrescentou que, para tal deve haver uma monitorização, a qual está explanada nos relatórios, quer do PDM, quer do PU da Praia da Tocha. Esclareceu ainda que aqueles relatórios também apontam quais foram os fatores críticos que estão a ser avaliados permanentemente e os seus indicadores, apresentam os projetos de execução para cada um dos planos e, avaliam os fatores críticos perante a implementação daqueles mesmos projetos, para saber se, estão ou não a ter uma intervenção negativa sobre o ambiente. Finalizou a sua intervenção afirmando que, quer um quer outro relatório demonstram que não há qualquer intervenção negativa nos fatores críticos, relacionados com as questões ambientais.-----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, como exemplo, informou que uma das metas que foi traçada e que não está a ser atingida, é a de diminuir a

quantidade de resíduos que são criados, o que não depende do Município. Para fazer face a esse fator crítico a INOVA aumentou o seu rácio de reciclagem, recolha e tratamento de resíduos e o Município vai continuar a insistir em campanhas de sensibilização, sendo um processo dinâmico.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou, relativamente ao Plano de Urbanização da Praia da Tocha, nomeadamente, quanto às denominadas zonas de galgamento, onde só deixam reconstruir e ampliar 25 metros quadrados, se esse assunto também está a ser tratado.-----

----- Respondeu o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso que não é no âmbito do relatório apresentado mas será tido em conta na revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto 3 – “Relatório de Monitorização da Avaliação Estratégica do Plano Diretor Municipal / Para conhecimento”** e do **Ponto 4 - “Relatório de Avaliação e Controlo (2021) da Avaliação Ambiental Estratégica – Revisão do Plano de Urbanização da Praia da Tocha / Para conhecimento”**.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 5 - “Correção Material do Plano de Pormenor da Zona Industrial I de Cantanhede / Para conhecimento”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, informou tratar-se de um polígono referente a um edifício, existente na zona de reserva de expansão da zona industrial quando se criou o lote 27 A, que por lapso, não foi cartografado aquando da elaboração do plano de pormenor da zona industrial I, a zona industrial mais antiga. Acrescentou que, se verifica a existência daquele edifício em estratos fotográficos de

vários anos anteriores, bem como na cartografia que serviu para o primeiro plano, pelo que, o Município, numa questão de correção e de repor a realidade, procedeu à realização de uma correção material em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual, com o auxílio de uma projeção, deu as explicações consideradas necessárias, demonstrando que o edifício em causa já existia desde 1982 e que, por lapso, não ficou representado quando se transpôs e quando se fez o plano. Esclareceu de seguida que, a alínea b) do artigo 122.º do Decreto-Lei de Bases da Lei dos Solos, permite fazer a correção material daquela planta e do plano, porque se tratou de uma omissão.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Tocha e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual solicitou que, o **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Tocha e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”, o Ponto 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Febres e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE” e o Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”,**

fosse explicados em conjunto por terem muito em comum. Recordou, de seguida que aqueles assuntos foram colocados na ordem de trabalhos com carater de urgência, tendo sido aprovados na reunião de Câmara realizada no dia anterior à presente sessão, pelo que não foi possível aos serviços fazerem chegar toda a documentação necessária com a devida antecedência. Agradecendo a todos os Membros da Assembleia pela compreensão, referiu ainda que, caso aqueles assuntos não fossem presentes na atual sessão, algumas operações urbanísticas poderiam atrasar entre 6 meses a 1 ano, com os munícipes ansiosos porque os processos já são muito antigos. Esclareceu de seguida que, a aprovação daquelas suspensões parciais do PDM e posteriores medidas preventivas, no caso concreto do RERAE, Regime de Regularização das Atividades Económicas, tem como objetivo, de forma excecional e transitória, uniformizar o procedimento de regularização aplicável aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras, explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos e operação de deposição de resíduos em aterro. Acrescentou que, mediante a aprovação daquelas situações, passa a haver condições para se passar à fase de licenciamento, podendo as pessoas regularizar situações que estão em desconformidade e que se arrastam há muito tempo.-----

----- Interveio a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, chamando a atenção para o facto de, relativamente à pecuária, ter existido uma legislação que saiu em 2016, permitindo aos interessados manifestar ao Município a intenção de poder licenciar e legalizar todas as instalações que tinham, mas já não se encontra em vigor.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual reforçou tratar-se de um regime excecional, regulamentado em 2014 e em 2016, que só permitia aos particulares

poderem apresentar candidaturas até janeiro de 2017. Acrescentou que existem no Concelho 32 casos, distribuídos por várias localidades, tratando-se de estabelecimentos industriais, serralharias, etc... mas a maior parte são atividades pecuárias.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual recordou que se tratam de atividades económicas que se localizam em zonas cujo Plano de Urbanização ou o próprio Plano Diretor Municipal não autorizavam outro tipo de atividades e que aquele diploma excecional deu a possibilidade de as poder regularizar. Informou de seguida que, as situações em causa tiveram uma conferência decisória favorável, quando apenas tinham o problema da localização ou, favorável condicionada, quando o estabelecimento ainda precisava de algumas obras de melhoramento. Esclareceu ainda que, para que aquelas entidades poderem legalizar os seus estabelecimentos, a Câmara teve que suspender os planos na área de intervenção de cada uma daquelas atividades, sendo 28 atividades na área do PDM, 1 atividade no Plano de Urbanização de Febres e 3 atividades no Plano de Urbanização da Tocha, num total de 32 atividades. Finalizou esclarecendo que, no fundo, as medidas preventivas são suspensas para que todas aquelas atividades possam agora vir a regularizar a sua situação num prazo de 2 anos, caso contrário, terminando aquele prazo, ficam com a situação ilegal.-----

----- Interveio o Sr. Ulisses Salvador afirmando ter percebido que se pretende legalizar a maior parte das vacarias que foram feitas a coberto de armazém de ferragens, de forma ilegal e algumas delas dentro do tecido urbano, porque os seus proprietários precisam de subsídios que não lhes são concedidos sem a vacaria estar legalizada.-----

----- Respondeu o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques que todas estas situações têm uma conferência decisória, na qual intervieram a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDRC, a DRAC e outras entidades. Relativamente à questão do tecido urbano, informou tratar-se de atividades que tiveram um parecer favorável condicionado e que não são completamente compatíveis com o tecido urbano, o que apenas acontece com carpintarias e serralharias.-----

----- Interveio de novo o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, afirmando que não passam a ficar licenciados com aquela decisão, apenas preveem o processo de licenciamento e que as conferências decisórias confirmam que reúnem as condições necessárias para serem legalizadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 6 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Tocha e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 33 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 7 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano de Urbanização da Febres e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal e Estabelecimento de Medidas Preventivas, no âmbito do RERAE”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.--

----- Passou-se, de seguida ao **Ponto 9 - “Alvará de Loteamento n.º 01/78 de 25 de janeiro e Alvará de Loteamento n.º 13/81 de 17 de setembro / Proposta de integração de área no domínio público”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Mora, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou que, de acordo com o alvará de loteamento n.º 1/1978, de 25 de janeiro e depois do alvará de loteamento n.º 13/81 de 17 de setembro, existe uma parcela com 1100 m2 que estava afeta ao domínio público. Esclareceu, de seguida que, daquela parcela pretende-se afetar ao domínio privado da Câmara a área de 390 m2, para regularizar as situações dos lotes a jusante, ficando a restante área no domínio público, permitindo a criação de cerca de 20 lugares de estacionamento.-----

----- Interveio de seguida o Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, acrescentando que o loteamento é muito antigo e como a parcela está afeta ao domínio público, há que resolver a situação, propondo-se 710m2 para estacionamento e 390 m2 para regularizar outras situações privadas, daí a necessidade de afetar ao domínio privado 390 m2.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual com o auxílio de uma pequena projeção, localizou o Loteamento na Rua General Humberto Delgado, na cidade de Cantanhede e deu as explicações necessária sobre o assunto.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9 – “Alvará de Loteamento n.º 01/78 de 25 de janeiro e Alvará de Loteamento n.º 13/81 de 17 de setembro / Proposta de integração de área no domínio público”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, passou, de seguida ao ponto extra ordem de trabalho, solicitado pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio – **"Não Aceitação do Município de Cantanhede da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social no ano de 2022 / Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro"**:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, como o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, ainda não estava promulgado pelo Senhor Presidente da República, o assunto só pôde ir à última reunião de Câmara, dando assim a possibilidade de adiar a passagem das competências na área da ação social até 31 de dezembro, de acordo com a aceitação que o Governo fez. Informou de seguida que a questão da ação social foi reiteradamente colocada quer na CIM, quer na Associação Nacional de Municípios Portugueses, nomeadamente quanto à dúvida que surgiu com o mapa financeiro das transferências para Cantanhede, comparativamente às transferências que iam para o resto dos municípios. Acrescentou que, após reunião com a Diretora Distrital da Segurança Social, foi informada que, em diversos municípios nos quais a estrutura da Segurança Social não estava implantada, onde não havia funcionários da segurança social, o Governo protocolou com IPSS e com Santas Casas da Misericórdia no sentido de o apoio ao Serviço de Ação Social e ao Rendimento Social de Inserção, ser analisado, discutido e tramitado nessas IPSS's, pagando o Governo a essas instituições, para fazerem o trabalho da Segurança Social, facto que não aconteceu em Cantanhede e em outros Municípios, nos quais o serviço é todo feito pela Segurança Social. Acrescentou ainda que, colocada a situação à Associação Nacional de Municípios Portugueses, surgiram algumas dúvidas pelo que, acompanhada pela Sr.ª Vereadora, Célia Simões e pela chefe de Divisão da Ação Social voltou a ir à

Segurança Social, onde a Diretora voltou a explicar o mesmo. De seguida solicitou à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para agendar um ponto específico sobre o assunto, com a presença da Diretora da Segurança Social, a qual transmitiu exatamente o mesmo. Não sendo correto o que estava a acontecer, houve pressão política por parte das Comunidades Intermunicipais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que levou à publicação do Decreto-Lei n.º 23/2022 que permitiu então adiar a passagem das competências na área da ação social até 31 de dezembro, começando então em janeiro de 2023. Apresentou de seguida, através de uma pequena projeção, mapas relativos a todos os Municípios, por distrito, contendo colunas com os valores a transferir para os acordos SAS, para o RSI, subsídios eventuais e apoio aos recursos humanos e nas quais se verificam que umas colunas têm verba e outras estão a zero. Esclareceu que as colunas que estão a zero são de municípios onde a Segurança Social fazia o seu trabalho e os que estão com verbas, são os Municípios onde as IPSS's faziam o trabalho da Segurança Social. Esclareceu que, como o Município de Cantanhede tem zeros na coluna dos acordos SAS e na coluna do Rendimento Social de Inserção, porque o trabalho era feito pelos técnicos locais da Segurança Social, foi questionado se os funcionários e os computadores eram transferidos para o Município, ao que foi respondido que não, continuam na Segurança Social e que o trabalho será feito pelos Municípios, com os seus funcionários e os custos inerentes. Referiu ainda que, quando se consultam todos os municípios do distrito de Coimbra, verifica-se que Cantanhede vai receber 39.794,00€, Coimbra quase 700.000,00€, Oliveira do hospital 182.000,00€ e Tábua 111.000,00€, sendo impensável para Cantanhede, ou outros Municípios, receber aquele serviço da ação social por aqueles valores. Esclareceu que, conforme avaliação dos Serviços, Cantanhede vai gastar anualmente, 671.168,00€, não podendo por isso receber

penas 39.794,00€, facto considerado também incompreensível pela Diretora da Segurança Social, mas que nada pode fazer. Voltando à apresentação, informou que dos municípios que fazem parte da Associação Nacional de Municípios, o município do Seixal vai receber 1.397.000,00 € de transferência de competências da ação social, o Município de Gondomar 1.190.000,00 €, Condeixa 31.000,00 € e Mourão 23.000,00 €, entre outros, estes últimos com colunas a zero. Voltou a referir que ninguém consegue perceber o desfasamento existente em termos de desigualdade entre os municípios e que os cálculos feitos para a Ação social pelos Serviços ultrapassam os 660.000,00 €, porque vai ser necessário mais gente e instalações. Informou de seguida que, relativamente à educação, as contas feitas pelo Município estão completamente fora do contexto, porque as instalações da secundária e das EB 2,3 necessitam de obras urgentes, algumas já a decorrer e outras que vão começar em março como a segunda fase da EB 2, 3 de Cantanhede. Relativamente à Secundária, recordou que foi equacionada uma candidatura a fundos europeus pelo Município, porque o Estado não se pode candidatar àqueles fundos, para além da negociação feita no anterior mandato em que a Câmara pagou 7,5% da comparticipação do capital próprio e o Estado pagou 7,5%, o que já não vai acontecer tendo o Município de suportar os 15%. Referiu ainda que, enquanto decorrem as obras, o Município vai gastar em contentores para as crianças e jovens, centenas de milhares de euros, sem contar com os aumentos que se vão sentir em termos de energia e consumíveis, entre outros. Informou de seguida estar muito preocupada também com a questão da saúde porque ainda só houve uma reunião e as transferências estão para breve. No entanto, o levantamento da situação de todas as extensões de saúde e dos centros de saúde já foi feito, sabendo-se exatamente o que se vai gastar, mas sem qualquer resposta do Governo, nem protocolo a estabelecer para uma possível candidatura. Afirmou



saber que há verbas que não constam da transferência e que, conforme os dados escritos e enviados pelo próprio Ministério, há áreas e equipamentos que estão catalogados como obsoletos. Afirmou de seguida, que os Municípios estão a passar uma fase que vai ser dramática porque ainda não perceberam o que vai acontecer, sendo certo que, há municípios que não vão conseguir gerir a casa com o impacto financeiro que as transferências vão causar. Voltou a afirmar que o Município quer receber as competências da educação, da saúde e da ação social, porque considera que a proximidade com os Municípios só vai ajudar, mas não sem o apoio financeiro correspondente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual referiu que, conforme já foi demonstrado várias vezes, a bancada do PS é, por princípio, favorável à transferência de competências no âmbito alargado de uma política de descentralização, contudo, face à explicação agora dada pela Sr.ª Presidente da Câmara, hoje é favorável à proposta apresentada pelo Executivo. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual também referiu que a bancada do PSD é favorável à proposta da Câmara de não aceitação das transferências na área da ação social. Referiu de seguida que, geralmente, quando há transferências de competências, o que se quer transferir é a despesa. Destacando, de seguida a discricionariedade com que aqueles processos em muitos casos são feitos, referiu que, o Município de Torres Novas, que tem precisamente a mesma população de Cantanhede, mas com metade da área, vai receber quatro vezes mais, o que demonstra que alguma coisa está mal. Referiu ainda que, sendo a economia de escala um dos pressupostos por detrás da transferência de competências, a pergunta que se faz é a seguinte: Com sucessivas transferências de competências que foram passadas para os municípios ao longo dos últimos anos,

relativamente ao municípios que as aceitaram, se os trabalhadores do setor central do Estado que indiretamente estavam afetos àquelas áreas continuam lá, houve acréscimo de eficácia ou de poupança? Recordou que em 2021 o número de funcionários públicos atingiu o valor mais alto da última década, apesar de que, por força da pandemia, ter havido um acréscimo de trabalhadores na saúde, mas também nas áreas da educação, da Administração Pública, da ação Social e muitas outras, parecendo-lhe que não tenha havido poupança uma vez que em muitos casos, se verifica uma duplicação de cargos para as mesmas funções, uns ao nível central do Estado, outros ao nível das autarquias locais, nomeadamente, dos municípios e das CIM, chegando a haver acordos com organismos do Estado, pelos quais determinados organismos do Estado, pretendem reverter as transferências de competências através de protocolos, porque têm lá as pessoas e não sabem o que fazer com elas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu também a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual manifestou alguma apreensão por ver o Governo Central a despir-se das suas reais funções, das suas competências, passando para as Câmaras o que não querem gerir. Manifestou ainda a sua apreensão pelo facto de as câmaras estarem impotentes face aos valores apresentados, podendo vir a ter problemas económicos no futuro. Por isso também a sua concordância com a proposta apresentada.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual afirmou que, o que está a ser discutido nada tem a ver com a privatização dos serviços da ação social, mas com a descentralização daqueles Serviços. Acrescentou ainda que, apesar de se ter que acautelar os recursos, não se podem comparar os dados que foram apresentados, porque existem dados em falta,

e Cantanhede tem dois dados a zero. Assim, considerou que só quando se tiver a noção do valor real a receber que se poderá fazer uma efetiva comparação com os outros municípios. Referiu ainda que, os Municípios que aceitaram a transferência de competências talvez vejam as coisas de outra perspetiva que não o Município de Cantanhede. Referiu, finalmente, que concorda com o princípio da transferência das competências do poder central para o poder local, porque o considera vantajoso para todos, nomeadamente no controlo das fraudes, uma vez que a Câmara, como entidade de proximidade, como conhece melhor a realidade e tem um papel muito mais importante na regulação daqueles princípios. Concluiu acreditar que pode haver falhas e que o modelo poderá ser melhorado no futuro. -----

----- Inteiro de seguida o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que, há muito tempo que os Municípios Portugueses concordam com a descentralização e com a transferência de competências. Recordou, de seguida que a Sr.ª Presidente da Câmara já teve o cuidado de referir que, em sede própria, com reuniões com a Diretora da Segurança Social, até ao momento não há qualquer sinal de que aquelas situações possam ser corrigidas. Acrescentou que as imposições legais até final de abril, que em alguns casos podem ser protelados até 31 de dezembro e afirmou que, se a situação não mudar, não vai ser possível aos municípios cumprirem com aquelas tarefas de proximidade sem existir transferências financeiras que façam face aos acréscimos em termos orçamentais.-----

----- Inteiro de novo a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que, quando viram as colunas a zero, também pensaram o mesmo, no entanto, conforme já referiu, foi dito por duas vezes pela Diretora da Segurança Social à frente de todos os presentes na Comunidade Intermunicipal, que era mesmo assim, Cantanhede recebe 39.000,00€ e tem que fazer todo o trabalho que era feito pela

Segurança Social, pelo que há que continuar a lutar para ver se aqueles valores são corrigidos.-----

-----Após algumas considerações finais sobre o assunto e não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação o Ponto extra agenda, **"Não Aceitação do Município de Cantanhede da Transferência de Competências no Domínio da Ação Social no ano de 2022 / Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o **Ponto 10 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2022 / Transportes Urbanos de Cantanhede"**, o **Ponto 11 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Limpeza urbana"**, o **Ponto 12 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Quinta Agrícola Biológica"** e o **Ponto 13 - "Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes"**, tratam dos contratos Programa/Gestão a celebrar com a INOVA, EM-SA, pelo que solicitou que

a senhora Presidente da Câmara os apresentasse todos de uma vez só, sendo de seguida os mesmos votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, relativamente aos transportes urbanos, a Comunidade Intermunicipal será a entidade que vai gerir toda a parte dos transportes da Comunidade e, quando isso acontecer, o processo vai ser alterado, deixando de haver contrato programa com a INOVA. Aproveitou de seguida o assunto para sensibilizar os Sr.s Presidentes de Junta para divulgarem a ação do "transporte a pedido", por considerar ser um bom serviço para as populações, sendo que, apesar de não cobrir o concelho todo, foi já proposto um aumento daquelas áreas. Acrescentou que, as pessoas pensam que como vão utilizar um táxi vão pagar como se fosse um táxi normal, mas pagam o preço do transporte público, para além da questão da comodidade. Relativamente ao protocolo a estabelecer para os transportes urbanos com a INOVA informou que será pelo valor de 59.000,00 €. Relativamente ao contrato para a limpeza urbana e higiene pública do domínio público municipal, para todo o município, informou que o valor será 433.000,00 €. Relativamente ao contrato para a Quinta Agrícola Biológica, iniciado com determinado contexto, muito com ligação à parte das escolas e à parte agrícola, informou que o valor será de 70.000,00 € e que deverá ser repensado e revisto porque já não vai ao encontro dos objetivos para o qual foi projetado. Relativamente aos espaços verdes, informou que, como houve transferência de competências para as Juntas de Freguesia, o contrato-programa com a INOVA abrange toda a cidade de Cantanhede, todas as rotundas das estradas nacionais, a Praia da Tocha, a Praia dos Olhos da Fervença e a Praia das Sete Fontes, com o valor de 605.000,00 €.-----

----- Solicitou a palavra o Sr. Rogério Marques, relativamente ao Ponto n.º 10 -

“Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2022 / Transportes Urbanos de Cantanhede”, afirmando ser um serviço estratégico que o Município está a proporcionar aos munícipes que vale a pena continuar a prestar. Questionou de seguida sobre o porquê do serviço ainda não estar a ser supervisionado pela Comunidade Intermunicipal.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que existe alguma dificuldade em termos da tramitação e de diálogo entre as empresas para gerir os transportes dos 19 municípios, devido a diferentes especificidades de alguns, como Coimbra, que tem os Serviços Municipalizados.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação o **Ponto 10 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato-Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2022 / Transportes Urbanos de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 11 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A., para o ano de 2022 / Limpeza urbana”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 12 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de**

Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Quinta Agrícola Biológica” para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual referiu que, comparando com anos anteriores, verifica-se que os custos estão a aumentar como resultado certamente da gestão das equipas numa época de pandemia, de aumentos salariais e dos combustíveis. Acrescentou que há 4 anos sucessivos que aqueles contratos-programa traduzem um aumento, o que, associado à diminuição de receitas, pode configurar um cenário menos favorável para as finanças do Município.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 13 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato – Programa/Gestão a celebrar entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A, para o ano de 2022 / Desenvolvimento Urbanístico e Paisagístico – Espaços Verdes”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- A pedido da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o **Ponto 14 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de**

Cantanhede e as Freguesias e as Uniões de Freguesia do Concelho / Manutenção e conservação de caminhos públicos”, o Ponto 15 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Comparticipação financeira das competências próprias das Freguesias” e o Ponto 16 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana 2022”, tratam de acordos de colaboração e contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar com as freguesias, pelo seriam apresentados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- Deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou estarem envolvidos mais de 1.700.000,00€ em transferências para as Juntas de Freguesia, passando de seguida a explicar. Começou por afirmar que é um projeto que o município pretende desenvolver e que envolve todo o executivo, mas que as Juntas de Freguesia pretendem implementar nas suas Freguesias, independentemente do Partido pelo qual os seus Presidentes foram eleitos, pois é um projeto comum para concelho e apresentou os três pontos da seguinte forma: - Relativamente ao Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e as Uniões de Freguesia do Concelho / Manutenção e conservação de caminhos públicos, recordou que o Município de Cantanhede tem quilómetros de caminhos para serem mantidos, com a particularidade de que, ultimamente, já não se vai para zona de floresta num carro de bois ou num pequeno trator, mas com camiões que degradam os caminhos, por vezes, de forma extrema. Explicou, de seguida, que foi tudo calculado conforme a área de cada freguesia,

podendo haver afinações, estando também estabelecida a rotatividade pelas Juntas de Freguesia da utilização da retroescavadora, da motoniveladora, do cilindro, do corta sebes, do camião, da mão de obra, dos materiais para fazerem as intervenções nos caminhos pretendidos por cada Presidente de Junta. Informou ainda que também terão direito a uma quantidade de tout-venant, para que possam fazer alguma correção que seja necessária quando não tenham acesso às máquinas e que, no total, serão contabilizados mais de 250.000,00 €; - Relativamente ao Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Comparticipação financeira das competências próprias das Freguesias, recordou que, no ano anterior foi comunicado à DGAL as competências que iam ser delegadas nas Juntas de Freguesia, não se tendo colocado a ocupação da via pública, os jogos, a publicidade, entre outros, porque as Juntas de Freguesia necessitavam de estrutura, para o poder fazer. Informou ainda que, com as transferências que transitaram para as freguesias, a Câmara deixou de receber 215.000,00 €, tendo esse valor transitado para as Juntas de freguesia, como aquele valor é insuficiente, entendeu que se deveria dar um apoio financeiro para colmatar essas lacunas em termos de transferência de competências no valor de 115.000,00€ correspondente aos espaços verdes que a INOVA tinha em termos de contrato, mais meio milhão de euros, correspondendo a verba total de 615.000,00 €, 40% de despesa corrente e a 60% de despesa de capital; - Relativamente aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e Uniões de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana 2022, informou ter sido adicionado mais meio milhão de euros para despesa de capital, mais 100.000,00€ em géneros/materiais, para intervenções feitas pelas Juntas de Freguesia em área do domínio público municipal. Informou ainda que, após a

aprovação deste ponto, as Juntas de freguesia receberão 25% daquela verba para começar a fazer o seu trabalho, apresentando, à posteriori, a documentação comprovativa da despesa para validar este mesmo valor e prestou alguns esclarecimentos complementares sobre a afetação das verbas.-----

-----Solicitou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Nuno Caldeira, o qual, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: *,"Agradeço a oportunidade que me é concedida de usar da palavra no início da abordagem destes próximos pontos da ordem de trabalhos da presente sessão ordinária desta Assembleia que se referem ao manifesto apoio que a Câmara Municipal de Cantanhede se dispõe a conceder às Juntas de Freguesia deste concelho. Naturalmente que os considerandos que introduz em cada um dos documentos que plasma os termos a acordar estão muito bem sustentados e redigidos, quer legal, quer politicamente, nessa expressiva manifestação de interação e colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Mas estas palavras de reconhecido agradecimento e de manifesto regozijo, são justas e devidas, quando dirigidas à Câmara Municipal, na pessoa da nossa Presidente. Num tempo tão conturbado e porque não também de alguma incerteza no que se refere à transferência de competências entre diversas entidades do Estado, poder central, e as autarquias, o poder local e mesmo entre estas, as autarquias municipais e as de freguesia, é, pois, com enorme elevação que vemos concretizado este inequívoco pacote de efetiva transferência/delegação de competências e respetivo envelope financeiro entre o município de Cantanhede e as 14 freguesias do concelho. Basta olhar para o lado e são efetivamente muitos os municípios que, com certeza, por ordem diversa, não se articulam diretamente com as Juntas no que se refere à concretização da transferência de competências, sejam elas próprias, sejam elas da*

Câmara, antes se resumem ao estrito cumprimento da lei de forma unilateral e fechada. Reitero três princípios basilares que, por esta forma, estão aqui veiculadas e claramente refletidas: franca, responsável e profícua interação que se estabelece entre a Câmara e as Juntas, procurando sempre e em 1º lugar, dotar as suas gentes de melhores condições de vida, o respeito pelo princípio da autonomia administrativa, autonomia local, que assiste às entidades democraticamente eleitas pelos seus eleitores, pela sua população, apesar dos poucos recursos financeiros e humanos que caracterizam as Juntas de Freguesia, em particular do nosso concelho. Terceiro, o reconhecimento de expressão de proximidade que assiste aos eleitos locais, consubstanciado na boa gestão de recursos disponibilizados às Juntas de Freguesia. Com a proposta destes documentos que agora se apresentam à apreciação desta Assembleia Municipal, fica inequivocamente reconhecida a importância concedida pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, pelo papel que ocupam e desempenham no seio de cada uma das 14 freguesias das suas comunidades, das suas gentes. Não será só uma afirmação de circunstância, porque efetivamente este apoio está aqui bem plasmado nos avultados montantes agora em causa. Note-se que, em contraciclo, vemos reforçada essa confiança depositada nas Juntas com um aumento das verbas em questão, face a anos anteriores, claramente traduzido na formalização de mais um instrumento que materializa essa reiterada colaboração e confiança. Tínhamos as competências do Município que passaram a ser concretizadas pelas Juntas e cujas verbas são transferidas desde o ano transato, por duodécimos, diretamente pela DGAL e que agora se mantém. Tínhamos os contratos interadministrativos por delegação de competências, os investimentos de capital do Município que voltam a ser propostos, obras definidas com o respetivo enquadramento financeiro. Temos agora os contratos de apoio a essa outra

complicada competência própria das Freguesias que se refere à manutenção dos caminhos vicinais e que a Câmara em boa hora continua a disponibilizar-se para apoiar as Juntas. Temos agora também o contrato de apoio financeiro ou outras competências próprias das Freguesias que extravasam largamente as despesas de manutenção, despesas correntes e reafirmam a oportunidade do investimento local em despesas de capital e que hão de traduzir o efetivo investimento. Esta cooperação não se esgota no somatório destes documentos, pois há muito mais apoio logístico, processual e também de investimento em todo o vasto território do nosso concelho que a Câmara Municipal de Cantanhede continua a concretizar nas Freguesias e com as Juntas de Freguesia. É sem dúvida um inequívoco sinal da sã experiência democrática. É, sem dúvida, um manifesto sinal de confiança reiterado pela Câmara a que as Juntas de Freguesia responderão em igual medida. Muito obrigado, Senhora Presidente da Câmara, Dr.ª Helena, por esta forma elevada de fazer política. Muito obrigado a todos os elementos do executivo camarário que estão por unanimidade com este desiderato. Bem hajam.” -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 14 -**

“Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e as Uniões de Freguesia do Concelho / Manutenção e conservação de caminhos públicos”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 15 - “Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Comparticipação financeira das competências próprias das Freguesias”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes,

o qual colocou algumas questões: - Se os mecanismos legais que permitiram excluir das competências próprias das Juntas de Freguesia e passar para o protocolo ccm a INOVA os espaços verdes da cidade de Cantanhede, da Praia da Tocha e das rotundas, não seriam aplicáveis noutras situações? - Se a verba que foi sinalizada para o Estado pagar às Juntas de Freguesia e que depois é complementada pelo Município, se é passível de ser atualizada anualmente ou se se vai manter? Justificou esta última questão com o facto de, conforme está a acontecer na freguesia de Murte, a Junta de Freguesia estar a adquirir terrenos destinados a projetos estruturantes para aumentar as áreas de lazer da freguesia, o que vai aumentar exponencialmente aquelas áreas.-----

----- Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio que, por estar muito receosa com a delegação de competências que se avizinha, não pode garantir que para o ano se consigam os mesmos valores, sendo certo que, se uma Junta de Freguesia pode ter hoje X m2 de espaços verdes que pode multiplicar por 10, tem autonomia para decidir o que pretende fazer de acordo com a verba que tem. Recordou de seguida que foi comunicado à DGAL o que era recebido para fazer aquele trabalho, não crendo que serão feitas atualizações. Referiu não saber ainda quais as implicações da aceitação das competências, pois conhece o valor que Estado vai transferir, mas não sabe como será a despesa que supõe ser muito maior do que a receita. Referiu ainda que, no final do ano, aquando da aprovação do novo orçamento, será revista a forma de poder apoiar as Juntas de Freguesia.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Carlos Fernandes, esclarecendo que se referia as verbas que veem do Estado Central, se há alguma indicação que se vão manter fixas ao longo do tempo ou se serão atualizadas, porque, eventualmente poderá haver uma subida substancial nos preços de vários bens e serviços, traduzindo-se num enorme

acréscimo de despesa. Acrescentou que, em muitas áreas, nomeadamente, em concreto a da jardinagem, enaltecer a capacidade de diálogo da Câmara para negociar com as Juntas de Freguesia com critérios claros, acordado com todos, independentemente da sua cor política, tentando auxiliar as Freguesias, ao contrário do que acontece em muitos Municípios do país. Acrescentou ainda que, no caso concreto, se não houver uma atualização por parte do Estado Central e percebendo os critérios que levaram à manutenção dos jardins na cidade, na Praia da Tocha e nas rotundas na INOVA, rapidamente se vai criar aqui uma situação de desigualdade. Recordou que, atualmente, a Câmara paga à INOVA 30,00 € por hectare para fazer a manutenção da cidade e que as Juntas de Freguesia recebem os mesmos 30,00 €, sendo 15,00 € do Estado Central e 15,00 € de complemento da Câmara e referiu que, se uma das partes cai ou se não é atualizada, gera-se uma situação discricionária entre uns e outros, sendo normalmente as Juntas de Freguesia mais rurais que, além de terem menos meios, só conseguem adquirir os serviços com um custo acrescido. Referiu ainda que a legislação para as autarquias locais é feita por tecno burocratas de Lisboa, que pensam que a realidade das Juntas de Freguesia do país é constituída transversalmente por Juntas de Freguesia como as de Lisboa, que tem quadros de pessoas na casa das centenas de pessoas, e que se destinam na sua essência, única e exclusivamente, a gerir o território urbano, não percebendo o resto do país.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou então a votação o Ponto 15 -

“Apreciação, discussão e votação da minuta do Acordo de Colaboração/Parceria a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias do Concelho / Comparticipação financeira das competências próprias das Freguesias”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 16 - “Apreciação, discussão e votação da**



minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e as Freguesias e União de Freguesia do Concelho / Requalificação Urbana 2022” para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Gestão e manutenção do Posto de Turismo de Ançã”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual confirmou tratar-se de um contrato a estabelecer mais uma vez com a Junta de Freguesia de Ançã para manutenção, dinamização, gestão e divulgação do Posto de Turismo, com o valor mensal de 902,53 €.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia de Ançã / Gestão e manutenção do Posto de Turismo de Ançã”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que o **Ponto 18 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de trator e destroçador”**, o **Ponto 19 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de carrinha”** e o **Ponto 20 - “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de acessórios para o trator (Capinadeira e triturador agrícola)”**, tratam de subsídios a atribuir a algumas

freguesias, pe'o que solicitou que a senhora Presidente da Câmara os apresentasse todos de uma vez só, sendo de seguida os mesmos votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - O ponto n.º 18 tem a ver com a aquisição de um trator e destroçador pela Junta de Freguesia de Febres, pelo custo de 27.108,93€, propondo-se a atribuição de um subsídio à Freguesia de Febres de 8.132, 68 €uros; - O ponto 19 refere-se à aquisição de uma carrinha pela União das Freguesias de Covões e Camarneira, pelo valor de 35.917,12€, propondo-se a atribuição de um subsídio àquela União de Freguesias de 10.775,14€; - O ponto 20 refere-se à aquisição de acessórios para a capinadeira e triturador agrícola pela freguesia de Cadima, pelo custo de 7.627,50€, propondo-se a atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima no valor de 2.282,25€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 18 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de trator e destroçador”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida ao **Ponto 19 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Aquisição de carrinha”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou de seguida ao Ponto 20 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Aquisição de acessórios para o trator (Capinadeira e triturador agrícola)”**, para o qual não houve qualquer pedido de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por

unanimidade:-----

----- **Passou de seguida ao Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de correção das quotizações respeitantes a 3 anos e da desvinculação do Município de Cantanhede da AACAEOSL - Os Amigos do Centro de Artes e Espetáculos Pedro Santana Lopes”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que há alguns anos, a Câmara deliberou a adesão à associação “Os Amigos do Centro de Artes e Espetáculos Pedro Santana Lopes”, com uma quotização de 300,00 € mensais, mas entretanto, a Associação encerrou a sua atividade em 31/12/2017, não fazendo sentido continuar em orçamento.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado à votação o **Ponto 21 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de correção das quotizações respeitantes a 3 anos e da desvinculação do Município de Cantanhede da AACAEOSL - Os Amigos do Centro de Artes e Espetáculos Pedro Santana Lopes”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 22 – “Apreciação, discussão e Votação da proposta de composição do júri de recrutamento de diversos concursos para cargos de dirigentes / Alteração”:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, em 2020, quando a Câmara fez o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, foram nomeados por despacho de 28 de agosto de 2020, vários técnicos em regime de substituição, para preencher os cargos de dirigente. Recordou ainda que, tratando-se de nomeações temporárias, foi deliberado pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, a

composição dos júris de recrutamento para as várias áreas concursais, tendo sido endereçados convites, como é habitual, a inúmeras personalidades de Municípios, Universidades e Institutos Politécnicos, para fazerem parte do júri daqueles concursos. Esclareceu, de seguida que, por não considerar correto avançar com esses concursos em altura de campanha, porque poderia provocar algumas más interpretações e constrangimentos, o processo foi interrompido. Passadas as eleições, o processo foi retomado. No entanto, houve necessidade de se fazer correções nalguns júris, porque algumas Câmaras tiveram alteração nos seus próprios serviços, estando agora em causa, após nova consulta a todas aquelas entidades, a aceitação da constituição do novo júri, para os lugares de chefia que já tinham sido indicados anteriormente, com mais um que foi acrescentado, o Chefe de Divisão de Empreitadas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 – “Apreciação, discussão e Votação da proposta de composição do júri de recrutamento de diversos concursos para cargos de dirigentes / Alteração”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 23 – “Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de todos os lançamentos, contabilísticos à data de 31/12/2021 que têm efeito em anos subsequentes e que estão programados em termos de orçamento. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 24 – “Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, de acordo com a declaração apresentada, o Município de Cantanhede a 31/12/2021, não tinha qualquer dívida a fornecedores.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 25 – “Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2021 / Para conhecimento”:**-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de valores que a Câmara não recebeu até dia 31 de dezembro de 2021, no total de 1.258.411,03 €. Referiu, de seguida, que alguns valores já diminuíram, tais como valores a receber das candidaturas ao Portugal 2020, ou da DGESTE da parte da educação.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da 1.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022”:**-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que aquela primeira revisão teve essencialmente a ver com a introdução do saldo de gerência, que transitou do ano anterior, tendo-se aproveitado para fazer algumas alterações de designação de rubricas e inserir outras.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou se o saldo de gerência resulta de adjudicação de obras que não foram realizadas ou de liquidez que transitou limpo. Questionou ainda se a taxa de execução do orçamento se situa nos 80/85%.-----

----- A Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio respondeu de forma favorável às questões colocadas.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 26 – “Apreciação, discussão e votação da 1.^a (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2022”**, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 27 – “Regulamento de gravação e transmissão áudio/vídeo das reuniões da Assembleia Municipal”**:-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que, na última Assembleia Municipal, começaram a discutir a questão da transmissão das sessões, tendo sido indicada uma comissão que reuniu há cerca de 2 semanas, elaborou um documento de trabalho que recebeu depois contributos das diversas bancadas e tendo ficado, os Serviços da Câmara, de redigir a proposta final. Acrescentou que, entretanto, chegaram algumas notas, nomeadamente, do Sr. Ulisses Salvador e do Sr. José Malta, este último chamando a atenção de que o documento que foi distribuído a todos, não será o documento que efetivamente tinha sido apresentado e discutido, competindo ao grupo de trabalho chegar ao texto final a propor em sede da Assembleia Municipal. Por tudo isso, retirou da agenda de trabalhos o **Ponto 27 – “Regulamento de gravação e transmissão áudio/vídeo das reuniões da Assembleia Municipal”** solicitando que o documento voltasse a ser analisado pelo grupo de trabalho para que o mesmo chegasse a consenso e produzisse um texto final a apresentar na próxima sessão.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em

minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 19h00 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

